



nº 14 - julho de 2015

## **A literatura como objeto de conhecimento: notas sobre o cânone e a pesquisa acadêmica**

*Luís Fernando Prado Telles \**

### **RESUMO**

A partir do debate teórico acerca do estabelecimento do conceito de cânone e de sua consequente crítica, este trabalho apresenta um estudo de caso sobre a produção acadêmica na área de literatura. Busca-se um entendimento dos movimentos que podem indicar os interesses no estabelecimento da literatura como objeto de investigação nas pesquisas em nível de pós-graduação. Por fim, sugere-se uma saída teórica sobre a relação entre o cânone e o estudo da literatura.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cânone; Pesquisa; Produção acadêmica; Estudos literários

### **ABSTRACT**

From the theoretical debate about the establishment of the canon concept and its consequent criticism, this paper presents a case study on the academic production in the area of literature in order to get an understanding of the movements that may indicate interest in the establishment of literature as an object of research in graduate level. Finally, we seek a theoretical output on the relationship between the canon and the study of literature.

**KEYWORDS:** Canon; Research; Academic production; Literary studies

---

\* Professor Adjunto de Teoria Literária da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo – EFLCH/UNIFESP. Guarulhos-SP, Brasil, [luis.telles@unifesp.br](mailto:luis.telles@unifesp.br)

## Introdução

Quando se coloca o debate a respeito da literatura como área do saber, uma das questões que se apresentam em primeiro plano, via de regra, é a polêmica acerca da escolha do que deve figurar como objeto de conhecimento. Essa discussão não é única e exclusiva do campo do que se entende por literário, mas atravessa, de modos distintos, as variadas áreas do conhecimento. Quando provém da área de conhecimento da pedagogia aplicada às demais áreas, em geral, essa discussão pode se encaminhar para a questão do currículo, que pondera, em linhas gerais, sobre a pertinência de determinados objetos de aprendizagem, sobre a adequação ao público, sobre a forma de disposição de conteúdos, a sequência e a distribuição deles na carga horária do curso e da disciplina. Mesmo para as áreas em que as dúvidas ou discussões sobre a pertinência ou não de determinados conteúdos são menos acaloradas e o consenso está quase que dado, a depender de uma série de variáveis metodológicas e de pressupostos teóricos, será feita uma escolha sobre a forma mais adequada de composição de um currículo x ou y. De qualquer modo, há, sempre, a questão da escolha de como, quando e em que ordem estudar determinado assunto, independentemente da área de conhecimento de que nos ocupemos.

No caso do campo de estudo da literatura e das artes de uma maneira geral, há uma discussão primeira, de ordem teórica, que se antepõe às escolhas comuns a todas as áreas. Trata-se de uma escolha que tem implicações diretas nos conteúdos que poderão ou não figurar como objetos de saber. Essa escolha anterior está ligada à questão da atribuição de valores a tais objetos, valores estes que têm a ver com uma série de fatores que, muitas vezes, não se mostram de maneira muito evidente àqueles que precisam realizar tais escolhas. A valoração do que se poderia chamar aqui de objeto de conhecimento da esfera do literário depende de uma série de fatores que envolvem não apenas critérios estéticos ou questões de gosto, mas que têm implicações ideológicas e que devem ser vistas à luz das relações de força e de poder que se constroem social e historicamente. Vista sob essa perspectiva, a escolha não apenas elegeria o objeto mais adequado ou digno de constar como conteúdo de estudo e pesquisa, mas passaria a constituir o próprio objeto. É nesse sentido que a discussão sobre a escolha desse objeto

a figurar como alvo do conhecimento específico que é o literário convoca a discussão a respeito do cânone literário e, conseqüentemente, de sua relativização. Essa discussão está atrelada, de modo simplificado, a uma relação binária entre aquilo que é central, principal (eleito como importante e relevante), e aquilo que é marginal, porque assim o seria a partir da perspectiva do próprio centro.

Conforme observa Ernest Robert Curtius, além de representar a cultura central, “o desenvolvimento de um cânone serve de garantia a uma tradição” (1996, p. 323). O termo, segundo Curtius, teria sido utilizado pela primeira vez no século IV d. C. no sentido de designar um “catálogo de escritores” da literatura cristã e emprestado do campo religioso para ser utilizado no campo da filologia, pela primeira vez, pelo filólogo David Ruhnken, na Holanda, em 1744. O autor nos mostra que a ideia de cânone, na Idade Média, constrói-se paralelamente no universo jurídico e religioso. Nesse âmbito, a Igreja teria adotado o termo, em princípio, para designar as escrituras sagradas dos judeus, às quais denominou de “Antigo Testamento”. Paulatinamente, esse cânone foi sendo alargado por escrituras que iriam constituir, futuramente, o que se denomina de “Novo Testamento”. Ainda assim, mesmo com esse alargamento, numerosos escritos acabaram por ser excluídos da liturgia católica. Esses escritos excluídos são os chamados “livros ocultos”, ou, segundo o termo grego, apócrifos. Curtius nos indica, também, que a própria santificação de personalidades católicas é precedida por um processo chamado de canônico, o qual “termina pela inclusão do processado na lista (cânon) dos santos (canonização)” (1996, p. 324). Esse processo é irreversível, pois se trata da formalização, por parte da Igreja, de que alguém, um ser humano, foi investido de poderes e de qualidades sagradas, que estão além do humano, que são divinas, portanto.

O interessante dessas indicações de Curtius a respeito do conceito de cânone provindo da esfera religiosa é que este, entendido como a lista dos escritos considerados sagrados ou de pessoas consideradas como santos, cria sempre o seu oposto, aqueles que não são santos (a maioria, portanto) e os escritos que não devem ser considerados e que, logo, permanecem ocultos. Desde sua origem, portanto, a ideia de cânone opõe o que é eleito ao que é excluído, aquilo que se coloca à vista ao que permanece oculto e, conforme observa Curtius, serve no sentido da manutenção de uma tradição, às custas justamente de um processo de apagamento daquilo que não pertenceria à tradição. No caso da esfera literária, isso não parece ser diferente, já que o cânone literário serviria, em grande medida, para a manutenção de uma tradição que pode estar vinculada à

afirmação de uma série de outros valores, tais como os que se pautam no reforço de uma certa concepção de unidade linguística ou nacional. Sob esse prisma, a justificativa para se conceber um cânone, em geral, se dá por meio da ideia de manutenção de um certo patrimônio cultural. O problema, portanto, de se vincular a valorização do canônico à esfera da representação cultural é que a própria ideia de cultura é passível de ser contestada ou relativizada. A crítica ao cânone, portanto, é inevitavelmente conduzida a uma crítica da própria ideia de cultura. É sob esse viés que se dá, portanto, o movimento teórico de relativização ou de ataque ao cânone. Veremos, a seguir, resumidamente, como ocorre essa movimentação teórica e, na sequência, buscaremos apresentar um pequeno estudo de caso sobre a produção científica relacionada à literatura em nível universitário, que acaba por refletir, na prática, esse movimento de forças do estabelecimento e da relativização do canônico para, por fim, buscarmos novamente uma saída teórica que possa funcionar como orientação frente ao debate sobre o cânone e seus possíveis reflexos para o estudo da literatura.

## 1 O movimento dos valores

Jonathan Culler demonstra que a relativização do cânone literário advém do surgimento da perspectiva dos estudos culturais, os quais possuiriam uma genealogia dupla. Primeiramente, os estudos culturais teriam se originado no estruturalismo francês, que passou a tratar a cultura (em que se insere a literatura como mais um elemento, sem escala de importância) “como uma série de práticas cujas regras ou convenções deveriam ser descritas” (1999, p. 49). Preocupavam-se, pois, com a literatura enquanto fenômeno cultural, tal como os demais, sem, necessariamente, objetivar a construção de critérios hierárquicos de valoração, próprios da crítica. Uma das primeiras obras dos estudos culturais dessa vertente teria sido o livro *Mitologias* (1957) de Roland Barthes, em que investiga “as convenções subjacentes e suas implicações sociais” (1999, p. 49) de diferentes gamas de atividades culturais, desde a chamada alta literatura até a moda e a culinária. Conforme Culler, essa obra de Barthes teria estimulado “a leitura das conotações das imagens culturais e a análise do funcionamento social das estranhas construções da cultura.” (1999, p. 50) A outra

vertente teórica originária dos estudos culturais diria respeito à teoria literária marxista de Raymond William, principalmente a partir da obra *Cultura e Sociedade*, de 1958, e de Richard Hoggart, com a obra *Os usos da Literatura*, de 1957. Em termos gerais, aponta Culler que estes dois autores foram importantes na proposição de análises que levavam em conta, de um lado, a cultura como uma expressão do povo e, de outro, a cultura como imposição sobre o povo. Nesse sentido, considera que

[...] os estudos culturais nessa tradição são movidos pela tensão entre o desejo de recuperar a cultura popular como a expressão do povo ou de dar voz à cultura de grupos marginalizados, e o estudo da cultura de massas como uma imposição ideológica, como formação ideológica opressora (CULLER, 1999, 50).

Os estudos culturais propõem, nesse sentido, a mobilização de forças com o objetivo de opor a cultura popular (entendida aqui como sinônimo de minorias diversas) a duas frentes hegemônicas, de um lado, a cultura de massa (que serviria à ideologia do capital travestida de cultura do povo) e, de outro, a cultura de elite, que, apesar de não ser afeita à cultura comercial, de massa, ainda assim serviria à classe dominante, porque estaria imbuída dos valores tradicionais, responsáveis pela manutenção do *status quo* social, político e econômico. Segundo Culler, os estudos culturais teriam surgido “como a aplicação de técnicas de análise literária a outros materiais culturais”, já que “tratam os artefatos culturais como ‘textos’ a serem lidos” (1999, p. 52). No seu entendimento, a vantagem dos estudos culturais estaria no fato de tornar o “estudo da literatura como um fenômeno intertextual complexo” (1999, p. 53). Nesse sentido, Culler não entende que os estudos culturais (ou o chamado multiculturalismo) tenham o poder de destituir a especificidade do campo de estudo da literatura por vê-lo como um campo dotado de objetos culturais distintos dos demais. Contudo, aponta para o fato de que o que muda com os estudos culturais é o estatuto de legitimação do que deve ser considerado como relevante enquanto objeto de estudo neste campo, o que recai sobre a questão do cânone, que, segundo ele, diz respeito às “obras regularmente estudadas nas escolas e universidades e consideradas como formando ‘nossa herança literária’” (1999, p. 53). Para Culler, portanto, os estudos culturais, em vez de varrer os antigos objetos literários da tradição do universo de interesse especulativo, pelo contrário, passaram a incluí-los no rol de investigações provindas de outras zonas de interesse, das chamadas zonas minoritárias. Os objetos tradicionais continuaram a ser estudados, mas, agora, ao lado de outros não tanto tradicionais e sob perspectivas das mais variadas. Em termos gerais,

Culler acredita que os estudos culturais, em vez de provocar um apagamento do cânone, contribuíram para seu alargamento, com a vantagem de terem trazido, a reboque, uma contestação sobre os critérios de eleição.

Em termos simplificados, essa nova perspectiva destituiria a crença de que o cânone poderia ser formado única e exclusivamente a partir de critérios estéticos, capazes de guiar o gosto e de conduzir o estabelecimento de aspectos valorativos supostamente universais. Segundo essa perspectiva, os valores estéticos passam a ser vistos também como contingenciais e relativos. O trabalho da teoria literária ou do crítico residiria, pois, em tentar entender, e por a nu, os critérios (explícitos ou implícitos) e os condicionantes histórico-sociais que fazem de tais objetos culturais mais ou menos prestigiados que outros. O pressuposto, agora, deixa de ser o critério estético universal e passa a se constituir a partir de uma concepção relativa do estético.

Se este é um termo relativo, há de se levar em consideração que os critérios de seleção dependem mais dos valores que a literatura representa enquanto escolha. Compagnon pensa, por exemplo, ao discutir o problema do valor literário, a questão da subjetividade do julgamento e associa esta ao debate sobre o cânone, que entende como sendo equivalente ao debate sobre os clássicos. Segundo Compagnon,

O cânone importou o modelo teológico para a literatura no século XIX, época da ascensão dos nacionalismos, quando os grandes escritores se tornaram os heróis do espírito das nações. Um cânone é, pois, nacional (como uma história da literatura), ele promove os clássicos nacionais ao nível dos gregos e dos latinos, compõe um firmamento diante do qual a questão da admiração individual não se coloca mais: seus monumentos formam um patrimônio, uma memória coletiva (2010, p. 222-223).

Respeitando o seu estilo, na sequência do ensaio dedicado ao problema do valor literário, Compagnon propõe uma análise em forma de balanço e chama para o debate os teóricos de um lado (os defensores dos clássicos e do critério estético universal) e de outro (os relativistas dos estudos culturais) para, ao final, propor uma síntese. Nesse sentido, é interessante a sua conclusão pela incapacidade de delimitação de elementos objetivos que permitam o estabelecimento de critérios estéticos e de orientação do gosto, posto que

O cânone não é fixo, mas também não é aleatório e, sobretudo, não se move constantemente. É uma classificação relativamente estável, e, se

os clássicos mudam, é à margem, através de um jogo, analisável, entre o centro e a periferia (COMPAGNON, 2010, p. 249).

O balanço de Compagnon aponta, pois, para o fato de que, apesar de não ser possível explicar uma racionalidade das hierarquias estéticas, isso não impede o estudo racional do movimento dos valores que orienta o jogo entre centro e periferia. Entender as forças que regem esse movimento talvez seja a maior tarefa da teoria literária ao se preocupar com a questão do valor literário e, por consequência, isto deve estar no horizonte, também, de quem estuda e ensina literatura. Mais do que professar o valor indubitável dos clássicos ou simplesmente promover uma cruzada contra estes, o importante é a mobilização de elementos capazes de fazer com que sejamos capazes de entender, como diz Compagnon, esse movimento dos valores que opera o jogo que permite o trânsito entre o centro e a periferia, como diz, ou entre os eleitos e aqueles que são relegados ao ocultamento, conforme alertou Curtius.

## **2 Um estudo de caso: a produção acadêmica sobre literatura**

É comum o fato de o debate sobre o cânone ser resolvido, em geral, num nível teórico e conceitual, em que se procura evidenciar posicionamentos políticos, valores e juízos críticos acerca do que seja o literário, este sendo visto, frequentemente, como um elemento que compõe um campo de disputa de forças determinadas material e ideologicamente. Em geral, o debate, como já indicado por Culler, gira em torno de uma tensão polarizada entre a literatura eleita (em que já se pressupõe um certo conceito de literatura) e a literatura excluída (muitas vezes pelo próprio fato de esta não atender àquele conceito de literatura que é pressuposto para se eleger a primeira). Um exemplo desse tipo de tensão estaria na polaridade entre a literatura dita erudita e a literatura dita popular. Em relação a essa dupla em tensão, haveria um terceiro elemento, um polo de força bastante relevante, mas que rivalizaria com ambas as forças da polaridade acima indicada, e que se constituiria na literatura dita de mercado, ou literatura de massa. Essa não serviria nem aos valores ditos eruditos e nem àqueles responsáveis por resguardar os valores da cultura genuinamente popular. A literatura canônica eleita (e dos eleitos) se constituiria, portanto, negativamente a partir da oposição dupla a esses dois polos, ao

polo dos excluídos e injustamente desvalorizados (o da literatura/cultura popular) e ao polo dos incluídos por força da lógica do mercado e, assim, muitas vezes indevidamente valorizados. Para ter sua existência garantida, a literatura canônica dependeria, segundo a perspectiva de alguns de seus comentadores e críticos, daquilo que estes designam como instâncias de legitimação. É nesse sentido que caminha a argumentação de Abreu, por exemplo, ao considerar que

Para que uma obra seja considerada Grande Literatura ela precisa ser declarada literária pelas chamadas 'instâncias de legitimação'. Essas instâncias são várias: a universidade, os suplementos culturais dos grandes jornais, as revistas especializadas, os livros didáticos, as histórias literárias etc. Uma obra fará parte do seletivo grupo da Literatura quando for declarada literária por uma (ou, de preferência, várias) dessas instâncias de legitimação. Assim, o que torna um texto literário não são suas características internas, e sim o espaço que lhe é destinado pela crítica e, sobretudo, pela escola no conjunto dos bens simbólicos. [...] O prestígio social dos intelectuais encarregados de definir Literatura faz que suas ideias e seu gosto sejam lidos não como uma opinião, mas como a única verdade, como um padrão a ser seguido (ABREU, 2006, p. 49).

Abreu (2006) propõe interessantes exercícios de leitura que bem servem para avaliar os movimentos do jogo de que fala Compagnon, ou mesmo para se testar os métodos críticos baseados numa perspectiva culturalista descrita por Culler. Esses exercícios de leitura são interessantes, também, para fazer revelar, em nós, leitores, os preconceitos arraigados sobre os julgamentos de valor a respeito de textos vistos sob uma perspectiva literária. Abreu propõe um movimento duplo de leitura ao dar um tratamento literário e erudito a textos que normalmente não seriam assim tratados (como uma carta de leitor enviada a uma revista feminina, por exemplo) e, por outro lado, lê poemas de poetas consagrados, tidos como representativos da cultura erudita, como se fossem manifestações da cultura popular. Com isso, busca relativizar os critérios estéticos, demonstrando que textos com características linguísticas e estéticas semelhantes são avaliados de modos distintos a depender do campo de circulação, do modo como são lidos, das expectativas que enformam a leitura, do prestígio social de que dispõem e dos pesos que medem os objetos segundo o capital simbólico de uma sociedade.

Assim, segundo a argumentação de Abreu, normalmente, quando se busca localizar a instância legitimadora do que seria considerado como a literatura representante da cultura erudita ou, se já não faz muito sentido esse termo, pelo menos a

que se opõe tanto à cultura popular quanto à de mercado, um dos espaços que aparecem demarcados é o das academias universitárias. Este seria o lugar de autoridade normalmente evocado quando da referência à legitimação de um cânone, visto que nele habitariam os especialistas. Mas será que nesse espaço os eleitos ainda equivalem aos clássicos, aquelas obras e autores tomados como canônicos clássicos no sentido da manutenção de uma tradição linguística ou nacional? Valeria, pois, perguntar se tais instâncias de legitimação estariam, por um lado, totalmente livres das influências e dos ditames do mercado e da mídia e, por outro, se seriam realmente impermeáveis à cultura popular. Dados objetivos podem ajudar a iluminar essa discussão. Eis que os introduzimos na sequência.

Uma análise sobre a produção de pesquisa na área de literatura (dissertações de mestrado e teses de doutorado) pode apontar para caminhos interessantes no que se refere a essa discussão. O trabalho realizado por nós acerca da presença da literatura portuguesa nas universidades brasileiras pode servir como uma boa amostra para se pensar a problemática acima mencionada<sup>1</sup>. Uma das ações de tal investigação consistiu em realizar um levantamento sobre a produção de pesquisa nas universidades. A primeira instituição investigada foi a Universidade de São Paulo (USP). Para tanto, foram analisadas as informações que integram a base de dados que alimenta o sistema de buscas ao banco de teses e dissertações que se encontra disponibilizado no site da Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP (<http://pos.fflch.usp.br/bancodefesas>). Esse banco de defesas contém todas as teses de doutorado e dissertações de mestrado produzidas desde o ano de 1937 até o momento, inicialmente no âmbito da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras e, posteriormente, após a reforma universitária iniciada na década de 1960 e implantada na de 1970, na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. No momento da pesquisa, o período compreendido vai até o mês de novembro de 2013; não se encontram contabilizadas, portanto, as defesas do ano de 2014 e 2015. Depois de identificados, dentro do DLCV, os trabalhos concernentes à literatura portuguesa,

---

<sup>1</sup> O que apresentamos a seguir é resultante de uma pesquisa mais abrangente, desenvolvida em nível de pós-doutorado, cujo projeto inicial intitulava-se *A presença da Literatura Portuguesa no Brasil: percursos e percalços do ensino e da pesquisa no processo de constituição da área de Literatura Portuguesa nas universidades brasileiras*. A pesquisa teve como sede a Universidade de São Paulo (USP) e foi desenvolvida no âmbito do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (DLCV) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Pesquisa financiada pela FAPESP (Processo 2013/07623-3).

passamos a um trabalho de análise quantitativa e qualitativa de todos os trabalhos que apresentavam em seu escopo de pesquisa a literatura portuguesa<sup>2</sup>.

A partir de tal levantamento, foram identificados 548 títulos, entre dissertações de mestrado e teses de doutorado, que estabeleciam a literatura portuguesa como campo de investigação. Foi possível verificar que a maioria dos trabalhos utiliza como critério metodológico a delimitação do autor literário como escopo de investigação. Em razão disso, foi possível isolar 138 nomes de autores que figuram nos referidos trabalhos como objetos de investigação, seja em primeiro plano ou em comparação com outro autor (o quadro com a relação dos nomes dos autores encontra-se disponibilizado em anexo). Esses 138 nomes aparecem 505 vezes, ao todo. Portanto, para melhor explicar a lógica do estudo, pensemos, por exemplo, numa tese que compara dois autores portugueses. Nesse caso, uma mesma pesquisa contabiliza a ocorrência de dois autores. Por essa razão, a soma final de ocorrências não coincide com a soma total dos títulos de dissertações e teses. Contudo, os estudos que abordam mais de um autor não são maioria, em geral propõem a comparação entre dois ou três autores e, com grande frequência, quando há um estudo comparativo, o autor português é comparado com um autor africano ou brasileiro. Nesse caso, foram contabilizados apenas os autores portugueses cujas obras figuravam como objetos de comparação. Além disso, foram contabilizados, em separado, 37 títulos de pesquisas que não elegiam um ou dois autores como objetos principais de investigação, mas, antes, trabalhavam uma questão literária (um problema teórico-analítico) a partir de vários textos e autores. Nesses casos, os autores estudados não foram contabilizados já que os trabalhos se mostravam

---

<sup>2</sup> A análise quantitativa de tais dados, bem como a exposição metodológica sobre tal análise foram já expostas em texto de comunicação submetida ao último congresso da Associação Internacional de Lusitanistas. O trabalho levava o seguinte título: *A presença da Literatura Portuguesa nas pesquisas de pós-graduação na Universidade de São Paulo* (XI Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas. Mindelo, Cabo Verde, 21-25 de Julho de 2014). Para o trabalho de identificação da área e dos autores, foram levados em consideração não somente os títulos dos trabalhos, mas também os respectivos resumos. Para tanto, o documento utilizado como objeto de estudo (cedido pela secretaria de Pós-Graduação da FFLCH) para guiar a organização das informações foi extraído (em formato *.xls*) da base de dados que alimenta o sistema de buscas do referido banco de teses e dissertações. Como a pesquisa por palavra-chave na base de dados *on line* está atrelada ao título do trabalho, em muitos casos, quando se consulta a base de dados digitando o nome de um autor, o retorno em relação à busca indica apenas os trabalhos em que o nome do autor aparece no título. Há casos, pois, em que os títulos dos trabalhos não trazem o nome do autor tomado como objeto de investigação do trabalho. Por essa razão é que procuramos identificar, utilizando o documento mencionado, primeiramente, todos os títulos pertencentes ao DLCV, em seguida, todos os que tratavam de literatura portuguesa e, depois, pesquisamos os resumos de todos esses trabalhos para identificar os autores que figuravam como objeto de investigação. Como a base de dados *on line* não apresenta a opção de pesquisa por tema ou por autor, mas sim apenas por palavras presentes no título do trabalho, uma consulta a essa base de dados *on line* pode revelar um número diferente de ocorrências de autores do que é indicado aqui.

organizados pelo critério temático e não de autoria. Além desses casos, merecem destaque os trabalhos de pesquisa que tinham como foco obras consideradas anônimas. Foram, ao todo, identificados 17 desses casos, sendo 12 obras do período medieval, três do quinhentismo português, uma do século XVII e uma contemporânea. Assim, devido à recorrência de determinados autores em mais de uma pesquisa, se somarmos os números de ocorrência dos autores, com o número de trabalhos sobre obras literárias anônimas e o número de trabalhos temáticos que não têm foco em autores, teremos  $505 + 37 + 17$ , o que contabiliza um número final de 559. O excedente em relação ao número total de teses e dissertações, que é 548, deve-se ao fato de determinados autores figurarem como objeto em mais de uma pesquisa. Por essa razão, o número de ocorrências se mostra maior do que o número de títulos.

Em relação aos números apresentados na tabela anexa, é interessante observar que apenas os vinte primeiros autores listados ocupam mais da metade dos trabalhos sobre literatura portuguesa existentes no DLCV, mais especificamente 51,5 %. A visível concentração em certos autores chama a atenção em alguns casos, como é o de José Saramago, com 51 trabalhos, o que contabiliza quase 10% de todos os trabalhos que tiveram como foco a literatura portuguesa ao longo de todo o período aqui abordado. Parece ser impossível desconsiderar o fato de que se trata de um dos autores de literatura portuguesa mais populares e que mais têm ocupado espaço na mídia ao longo das últimas décadas, principalmente depois que foi agraciado com o Prêmio Nobel, na década de 1990. Um dado importante é que todos os trabalhos sobre Saramago foram produzidos entre os anos de 1992 e 2012, ao longo de vinte anos portanto, sendo que a maioria (43) das pesquisas foram concluídas entre os anos de 1997 e 2010. Curioso é o fato de que, dos 51 trabalhos que têm a obra de José Saramago como objeto de estudo, em 18 o escritor aparece em comparação com autores brasileiros ou africanos. Esse parece ser o caso, também, do autor António Lobo Antunes, cuja obra aparece como foco de investigação em 12 trabalhos de pesquisa. Deste total, a metade dos trabalhos (6) aborda a sua obra em comparação com autores africanos e/ou brasileiros. Além disso, há os casos já esperados de autores como Eça de Queiroz, Fernando Pessoa e Camilo Castelo Branco, que seguem José Saramago como os mais recorrentes nas pesquisas de pós-graduação sobre literatura portuguesa do DLCV. Os quatro autores juntos aparecem em 119 trabalhos, o que representa mais de um quinto das pesquisas e corresponde a aproximadamente 21,7 % de todas as teses e dissertações realizadas com autores portugueses. Por outro lado, se a presença de um número elevado de pesquisas

com tais autores poderia ser esperada, há, contudo, outros casos curiosos, como a presença numerosa de pesquisas sobre autores não tão populares entre o público leitor brasileiro e pouco presentes na mídia, como são os casos de Carlos de Oliveira e Sophia de Mello Breyner Andresen, quinto e sexto autores mais estudados, respectivamente. Aqui, esse dado induz o olhar a uma possível causa interna, de vocação de pesquisa da área no departamento, possivelmente capitaneada por interesses de seus docentes.

Independentemente da causa que possa explicar a concentração da pesquisa em determinados autores, seja o da popularidade ou qualquer outra que possa ser aventada, o fato é que um efeito de movimento coletivo ou mesmo certos modismos não podem ser descartados quando se pensa a vocação de pesquisa em uma determinada área do conhecimento. Assim, se, por um lado, a presença numerosa de trabalhos sobre determinados autores chama a atenção, o pequeno número de pesquisas sobre outros igualmente relevantes e importantes também chama a atenção, como é o caso de Antero de Quental, por exemplo, que figura como objeto isolado de investigação em apenas um trabalho de pesquisa ao longo de quase oito décadas de registros de produção da pós-graduação, ou ainda o caso de Bocage, que também aparece apenas uma vez, em estudo temático sobre poesia satírica, em que divide a cena com mais três autores. Além de poucos trabalhos sobre determinados autores, também chama a atenção a ausência de alguns nomes, como é o caso de Helder Macedo, por exemplo, autor bastante relevante, que dividiu a cena literária contemporânea com Saramago e Lobo Antunes, mas que é menos popular que esses.

Julgamos relevante esse levantamento, pois apresenta dados objetivos que podem servir de base para investigações teóricas aplicadas sobre o teor das pesquisas na área. Tais dados podem ter impacto significativo, por exemplo, em discussões acerca da relação entre pesquisa universitária sobre literatura e a exposição midiática, bem como aquelas a respeito do lugar dos clássicos e sobre o papel das pesquisas universitárias quanto ao estabelecimento dos chamados cânones literários. A academia ainda seria decisiva na construção dos cânones ou esta não faria senão reproduzir os movimentos de força já estabelecidos? Por outro lado, os cânones já dados pela tradição estariam perdendo espaço no rol de interesses de pesquisas universitárias, como se não houvesse mais novidade a ser dita? A título de exemplo, se considerarmos o caso de Camões, talvez o grande paradigma canônico da literatura em língua portuguesa, vemos que está distante em termos numéricos dos autores mais estudados. Por curiosidade apenas, vemos que o número de trabalhos sobre Camões (8) é bem menor, por exemplo, do que

o número de trabalhos sobre canção e música popular brasileira desenvolvidos na área de Literatura Brasileira do DLCV: um levantamento na mesma base de dados pesquisada nos indica que há 13 trabalhos sobre música popular. O mesmo levantamento realizado na USP foi realizado também na base de dados de teses e dissertações do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp<sup>3</sup> e os resultados pareceram caminhar na mesma direção. Ao todo, foram contabilizados 30 autores portugueses estudados, sendo que tais autores distribuem-se em 45 ocorrências. Os que lideram em quantidade de ocorrências são Eça de Queirós, José Saramago e, curiosamente, Gil Vicente, com três aparições cada. Camões, por seu turno, figura em apenas um trabalho como objeto de estudo. Por outro lado, há pelo menos três teses sobre literatura de cordel e três sobre música popular brasileira.

Segundo os números acima apresentados, aquela premissa de que a universidade seria o local da salvaguarda dos clássicos e da legitimação do cânone talvez não faça tanto sentido (no caso da produção resultante da pesquisa) se considerarmos que há forças outras que parecem guiar o interesse dos supostos leitores especializados de literatura. Os casos de José Saramago, de um lado, de Camões, Antero de Quental e Bocage, de outro e, em paralelo, o da presença cada vez mais crescente de elementos da cultura popular figurando como objeto literário, parecem ilustrar aquele jogo de forças exemplificado pela triangulação inicialmente mencionada, entre a literatura iluminada pela mídia, a literatura clássica (escolar ou erudita num sentido lato), e a literatura expressiva da cultura popular.

O que os dados acima indicados sugerem é que parece haver mesmo uma diminuição da força dos chamados autores clássicos como Camões, muito em razão, possivelmente, do fato de estes serem lançados a uma espécie de zona de dormência heurística que parece ser reservada aos monumentos. O monumento seria aquilo que sobrevive no que está morto: não se constitui, pois, como algo que revela uma novidade, mas, antes, celebra o que está distante e merece ser cultuado. O que deve ser cultuado seria aquilo sobre o qual não restam dúvidas sobre seu estatuto. Assim, se o lugar do monumento pode ainda ser o dos livros didáticos ou dos programas das disciplinas

---

<sup>3</sup> No caso da Unicamp, ativemo-nos à base de dados que se encontra no site da Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, disponibilizada no endereço eletrônico <http://www.iel.unicamp.br/biblioteca/teses.php>. Tal como no caso da USP, utilizamo-nos de um arquivo espelho dessa base *on line* para a realização da análise (em *xls*). Tal arquivo foi cedido pela própria administração da Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem em atendimento a uma solicitação formal para a realização da pesquisa de pós-doutorado anteriormente mencionada.

escolares, por outro lado, cada vez mais parece deixar de ser o lugar da investigação e da busca pelo conhecimento.

Por outro lado, os objetos culturais iluminados pela mídia e provenientes da cultura popular parecem vir ganhando mais relevância quando se considera o rol de interesses dos leitores ditos especializados. Em certo sentido, portanto, o que não é considerado clássico passa a ganhar relevância de modo que parece ter de ser colocado à prova pelo discurso acadêmico. O fato de José Saramago ter sido iluminado pelo Nobel e, portanto, ter se tornado popular e midiático (e, inevitavelmente, ter se constituído também numa literatura de mercado) parece resultar em um outro movimento, que tem a ver com o fato de ser reiteradamente convocado pela academia, seja no sentido de se contestar a sua importância fora dela ou de legitimá-la. O mesmo é possível considerar em relação à música e à canção popular, ou mesmo em relação à literatura de cordel. Ainda que tais movimentos possam revelar certa ânsia das pesquisas acadêmicas em dialogar com a pauta do seu tempo, de buscar certa inserção em sua realidade histórico-social ao eleger autores e obras que possuem vida fora do universo acadêmico e fora dos livros didáticos e currículos escolares, o que os dados acima parecem revelar também é esse movimento curioso de encaminhamento do tradicionalmente canônico, o clássico, ao estatuto de monumento, ao passo que a literatura que inicialmente rivalizaria com o canônico tradicional passa a se converter, ela própria, numa espécie de cânone.

A breve análise desses dados parece encaminhar a discussão para a questão sobre o movimento dialético de culto e apagamento do cânone. Se o culto ao cânone acaba conduzindo autores e obras (como é o caso de Camões) a um certo desinteresse porque convertidos em monumentos da cultura, por outro lado, elementos da cultura, outrora menos relevantes, passam a ganhar o status de centro. Em certo aspecto, portanto, se retomarmos o sentido do canônico postulado por Curtius, daquilo que se equilibra entre a eleição e o ocultamento, não seria demasiado considerarmos que há nos movimentos de forças que parecem organizar os interesses das produções das pesquisas em literatura acima apresentadas uma relativa tendência a uma confluência entre os três polos de tensão anteriormente demarcados por Culler, o polo da chamada esfera erudita, representada, aqui, pelo discurso especializado acadêmico, o polo capitaneado pela mídia especializada e o polo do gosto popular. Essa confluência é o que parece justificar o caso, por exemplo, dos quatro autores mais estudados na área de literatura portuguesa nas pesquisas em pós-graduação na USP: José Saramago, Eça de Queiroz, Fernando Pessoa e Camilo Castelo Branco. Juntos, esses quatro autores figuram em mais de cem

trabalhos sobre literatura portuguesa, ou seja, isso equivale a um quinto do total de trabalhos produzidos na área em um período de quase oitenta anos. Apesar de não ser consenso que tais autores possam ser considerados clássicos no sentido equivalente a Camões, todos os quatro possuem prestígio acadêmico, estão presentes com frequência na pauta da imprensa especializada e são extremamente populares, ou seja, fazem parte, de algum modo, do capital simbólico popular da esfera do literário, apesar de não serem genuinamente representativos do que se entende por cultura popular.

Se considerados em conjunto os nomes de escritores como José Saramago, Eça de Queiroz, Fernando Pessoa, Camilo Castelo Branco, Antero de Quental, Bocage e Camões, é consensual que todos compõem o cânone literário do universo da literatura em língua portuguesa, todos eles figuram com frequência em programas de ensino de literatura portuguesa e são figuras quase obrigatórias em historiografias literárias e nos livros didáticos escolares. No entanto, é interessante perceber como cada autor é canônico de modo diferente. Há diferentes nuances entre os autores do próprio cânone quando se considera o interesse das pesquisas na área. Nesse caso, se pensarmos no critério do ocultamento explorado anteriormente, é possível considerarmos que uns se mostram mais ocultos do que outros. Camões, por exemplo, apesar de ser muito conhecido (popular) e de ser um clássico (ser representativo da literatura dita erudita e da tradição linguística e cultural portuguesas), é relativamente pouco estudado na academia (quando se pensa na produção de pesquisa em nível de pós-graduação). Há, contudo, autores igualmente conhecidos (muito populares) e que são muito estudados, como é o caso de Camilo, Pessoa, Eça e Saramago. E há, ainda, os que não são nem populares como o são os autores acima mencionados e nem são estudados quando os consideramos como objetos de pesquisa em literatura, como é o caso de Antero de Quental ou de Bocage. Em se considerando as pesquisas em pós-graduação aqui focalizadas, é possível concluir que há uma dinâmica particular que rege os movimentos de eleição e de ocultamento dentro do próprio universo de autores considerados canônicos.

O que os dados provenientes desse breve estudo de caso parecem revelar é que apesar de o espaço acadêmico da pesquisa em literatura apresentar-se como um lugar de descoberta, propício a retirar da zona do oculto obras e autores, no sentido de lhes conferir legitimidade nos estudos literários (como é o caso incipiente da canção popular ou da literatura de cordel), esse lugar parece ser ainda o espaço afirmativo do conhecido e não o da descoberta. A força mais atuante em relação ao direcionamento na escolha

dos objetos de pesquisa parece ser o da afirmação do conhecido. Ou seja, em outros termos, não seria absurdo considerar que as pessoas estudam e pesquisam aquilo a que elas estão mais expostas, de modo que o discurso acadêmico tende a se propagar de modo exponencial sobre aquilo de que ele próprio mais se ocupa.

Assim, se, por um lado, é possível argumentar que isso teria a ver com o próprio princípio da ciência, de se dizer mais sobre aquilo a respeito de que mais se conhece e, portanto, sobre aquilo sobre o que mais se diz; por outro lado, não é demasiado pensar que o discurso acadêmico também parece obedecer a uma tendência que não remete nem a um reforço do canônico no sentido da manutenção de uma tradição (ou daquilo que é tido como clássico, erudito) e nem àquilo que é tido como representativo da cultura popular ou dita marginal (apesar de a comparação entre o número de estudos sobre Camões e o número de estudos sobre literatura de cordel e canção já apontar uma preponderância da pesquisa sobre cultura popular). Mas, antes, o discurso acadêmico sobre literatura parece sofrer de um efeito que poderíamos chamar, aqui, de fenômeno da redundância. O fenômeno da redundância poderia ser aproximado, assim, da própria lógica da imprensa, que é pautada por aquilo que repercute. O que ganha repercussão na imprensa naturalmente é imbuído de importância pelo próprio fato de ser gerador de repercussão, o que acaba ocasionando um efeito em cascata de modo que um objeto de interesse só deixa de ser interessante quando é suplantado por outro que também possa repercutir e que atenda ao princípio da novidade. No caso em tela, a grande novidade que repercutiu nas duas últimas décadas do século passado nas pesquisas em literatura portuguesa foi, sem dúvida, o caso José Saramago, ultrapassando autores como Eça de Queiroz e Fernando Pessoa.

Não seria demasiado dizer que uma certa lógica da reprodutibilidade estaria na base da orientação dos movimentos que regem essa dinâmica do canônico que funciona no âmbito da produção científica sobre literatura. Por um lado, a reprodutibilidade que se impõe de fora para dentro do universo acadêmico (aquilo que é mais conhecido e divulgado fora do universo acadêmico acaba sendo mais investigado dentro dele) e, por outro, a reprodutibilidade que é retroalimentada pela própria lógica de produção da pesquisa: aquilo que mais se constitui como objeto do discurso científico, mais discursos gerará sobre si. Em última instância, essa dinâmica revelaria um processo de canonização circunscrito ao próprio universo canônico.

### 3 O cânone entre o culto e o ocultamento: uma síntese possível?

Tendo por base a discussão proposta acima, haveria alguma síntese que pudesse orientar a discussão a respeito da questão do problema do cânone literário e de sua possível relação com o estudo e a pesquisa em literatura? Para isso, vale a pena lembrarmos, aqui, as observações já não tão recentes de George Otte (1999) ao identificar o cânone à “aura” da obra de arte referida por Walter Benjamin. Otte encontra neste teórico a via que se mostra como alternativa entre a defesa conservadora e autoritária do cânone e a sua destruição, que pressupõe que o progresso só é possível quando se nega o passado. Segundo Otte, a simples destruição do passado, ou do cânone isolado em um passado intocável, geraria um efeito perverso de canonização, no presente, dos detratores do cânone do passado. Otte argumenta que os próprios destruidores de cânones acabam canonizados e que o desejo de se revoltar contra os cânones existentes muitas vezes leva à consagração dos próprios críticos da consagração. Segundo Otte,

Falar em cânone costuma provocar reações adversas: por um lado, a apresentação de determinadas obras como canônicas vem ao encontro do desejo de muitas pessoas de ter pontos de referência no meio de uma oferta abundante de produtos culturais; principalmente para o ‘iniciante cultural’, atormentado pela falta de orientação, saber o que há de ‘sagrado’ pode conferir uma certa segurança psicológica. Embora essa submissão voluntária ao cânone oficial possa ser questionada, ela se justifica, ao mesmo tempo, enquanto etapa necessária rumo à emancipação do indivíduo, pois não é o desconhecimento do cânone que garante a independência dele (OTTE, 1999, p. 9).

Para Otte, portanto, fechar os olhos ao cânone, enquanto herança do passado é já, de certa maneira, render-se a ele, submeter-se ao passado, porque o presente pode facilmente tornar-se vítima desse passado, sem mesmo saber disso. É por isso que é necessário encontrar um meio termo entre os dois extremos, entre o culto e o ocultamento do passado. Otte aposta na ideia de que o questionamento ao culto do passado não deve vir por meio de sua destruição, simplesmente, mas sim pela conscientização de que a “aura” do cânone é “algo construído no passado e que precisa ser reconstruído no presente” (OTTE, 1999, p. 10). É por essa razão que considera que o cânone autoritário costuma ser considerado como uma “coisa do passado” que se apresenta como algo “estranho ao presente”. Seria da permanência e manutenção dessa

estranheza que resultariam essas duas posições mencionadas, a de culto e a de destruição. Segundo as duas posições, o cânone é tratado como algo distante, não pertinente.

Para solucionar esse impasse, Otte empresta de Benjamin o conceito de “imagem dialética” em relação ao passado, retirada de seu texto *Sobre o conceito de história*. Por meio dessa imagem dialética, “presente e passado se unem e se confrontam numa espécie de diálogo” (OTTE, 1999, p. 10). Para evitar a colonização do presente pelo passado, portanto, é preciso que o presente não se furte ao trabalho de apropriação do passado e isso não se faz nem pelo culto e nem pela sua destruição, ou ocultamento. Segundo Otte, “o meio termo entre a conservação e a destruição é a construção, ou seja, a reconstrução da história a partir dos textos, ou, como Benjamin diria, dos fragmentos do passado” (OTTE, 1999, p. 11). Seria, pois, por meio da narrativa, que

[...] o presente pode citar a experiência do passado, sendo que a noção de citação defendida por Benjamin nada tem em comum com a imposição de um cânone de citações, sempre disponível para tornar uma determinada posição mais respeitável. A citação benjaminiana tem a função de integrar um com/texto do passado com um com/texto do presente, ao contrário da citação aurática que é imposta autoritariamente. É através dessa citação que se integra também o cânone no contexto atual e que se impede seu isolamento ‘museal’ (OTTE, 1999, p.15).

Se o cânone não pode ser conduzido a um isolamento “museal”, do tipo a que os monumentos são submetidos, o que parece valer, em certo sentido, para o caso de Camões já comentado, em outro sentido, como diz Otte, a relação com o cânone não pode ser reduzida a um movimento simples de detração, de destruição e ocultamento. Segundo Otte, portanto, a relação com o canônico deve passar pela noção de construção de um passado num presente.

Diante do até aqui exposto, talvez coubesse um adendo a essa saída apontada por Otte, bem com sobre os dois posicionamentos equivocados em relação ao canônico: o de culto e o de destruição ou ocultamento. Esse adendo tem a ver com um alerta frente ao movimento imperativo que leva a considerar o cânone a partir da lógica da redundância, da repercussão e, por fim, da reprodutibilidade. Contra esse movimento, o antídoto que se mostra necessário é o movimento de desocultamento, ou seja, de trazer à luz aquilo que se encontra relegado à sombra, e se isso vale para o caso de autores e obras já considerados canônicos, ainda mais valerá para aqueles que não o são. Para

finalizar, vale dizer que o estudo de caso aqui apresentado talvez sirva como uma espécie de contraexemplo no sentido de evidenciar que o lugar e o papel da pesquisa acadêmica não deve ser apenas o de reforçar o conhecido (expondo-se ao risco de incorrer na lógica da reprodutibilidade acima aventada), mas, antes, o de revelar o que está oculto.

## Anexo

**Tabela -** Relação de autores portugueses estudados e o número de trabalhos (teses ou dissertações) em que suas obras são indicadas como objetos de estudo

	<b>Autor</b>	<b>Quant.</b>		<b>Autor</b>	<b>Quant.</b>
1	José Saramago	51	70	Alberto Osório de Castro	1
2	Eça de Queiroz	30	71	Alexandre Pinheiro Torres	1
3	Fernando Pessoa	20	72	Alves Redol	1
4	Camilo Castelo Branco	18	73	Ana de Castro Osório	1
5	Carlos de Oliveira	16	74	Antero de Quental	1
6	Sophia de Mello Breyner Andresen	16	75	António José da Silva	1
7	Gil Vicente	14	76	António Maria Lisboa	1
8	José Cardoso Pires	13	77	Antônio Rebordão Navarro	1
9	António Lobo Antunes	12	78	António Ribeiro Chiado	1
10	Camilo Pessanha	12	79	Armando Nascimento Rosa	1
11	Mário de Sá Carneiro	10	80	Artur Portela Filho	1
12	Almeida Faria	9	81	Augusto Sobral	1
13	Lídia Jorge	9	82	Bernardim Ribeiro	1
14	Almada Negreiros	8	83	Bocage	1
15	Camões	8	84	Carlos Queiros	1
16	Maria Judite de Carvalho	8	85	D. Gonçalo Coutinho	1
17	Vergílio Ferreira	8	86	D. Pedro, o infante	1
18	Vitorino Nemésio	8	87	D. Pedro de Barcelos	1
19	Herberto Helder	8	88	Dom Duarte	1
20	Bernardo Santareno	7	89	Dom Pero Gómez Barroso	1
21	José Régio	7	90	Don Gonçalo Coutinho	1
22	Maria Velho da Costa	7	91	Duarte de Rezende	1
23	Pe. António Vieira	7	92	Fernán Soárez Quinhones	1
24	Cesário Verde	6	93	Fernando Gomes	1
25	Agustina Bessa Luís	5	94	Fernando Namora	1
26	Almeida Garrett	5	95	Fernão da Silveira	1
27	Antônio Patrício	5	96	Fernão Lopes	1
28	Teolinda Gersão	5	97	Fernão Mendes Pinto	1
29	Augusto Abelaira	4	98	Fiana Hasse Pais Brandão	1
30	Branquinho da Fonseca	4	99	Filomena Cabral	1
31	Ferreira de Castro	4	100	Francisco Xavier	1
32	Florbela Espanca	4	101	Galisteu Fernandes	1
33	Jorge de Sena	4	102	Gaspar Pires de Rebelo	1
34	José Rodrigues Miguéis	4	103	Gomes Amorim	1
35	Manuel da Fonseca	4	104	Gomes Leal	1
36	Maria Teresa Horta	4	105	Gonçalo Mendes Tavares	1
37	Ana Hatherly	3	106	Joan Velho de Pedro Gaéz	1
38	António Ferreira	3	107	Joaquim Guerra	1
39	António Nobre	3	108	José Evaristo de Almeida	1
40	Aquilino Ribeiro	3	109	José Joaquim Rodrigues de Bastos	1
41	Júlio Dinis	3	110	José Jorge Letria	1
42	Maria Isabel Barreno	3	111	José Luís Peixoto	1
43	Miguel Torga	3	112	Júlia Nery	1
44	Raul Brandão	3	113	Leão Hebreu	1
45	Sá de Miranda	3	114	Luís de Sttau Monteiro	1
46	Adolfo Casais Monteiro	2	115	Manoel de Oliveira	1

47	Alexandre Herculano	2	116	Manuel Bernardes	1
48	Alice Vieira	2	117	Manuel de Faria e Sousa	1
49	Álvaro Guerra	2	118	Manuel Ferreira	1
50	António Torrado	2	119	Manuel Pinheiro Chagas	1
51	Carlos Malheiros Dias	2	120	Maria Gabriela Llansol	1
52	Castro Soromenho	2	121	Mariana Alcoforado	1
53	D. Dinis	2	122	Mário Beirão	1
54	D. João da Câmara	2	123	Mário Cesariny De Vasconcelos	1
55	E.M. de Melo e Castro	2	124	Martin Soares	1
56	Eugênio de Andrade	2	125	Mestre André Dias	1
57	Fernanda Botelho	2	126	Moniz Barreto	1
58	Fialho de Almeida	2	127	Natália Correa	1
59	Garcia de Resende	2	128	Nuno Fernandes Torneol	1
60	Irene Lisboa	2	129	Orlanda Amarilis	1
61	João de Barros	2	130	Orlando da Costa	1
62	Jorge Ferreira de Vasconcelos	2	131	Padre Manuel Bernardes	1
63	José Gomes Ferreira	2	132	Pero da Ponte	1
64	Miguel Rovisco	2	133	Ramalho Ortigão	1
65	Urbano Tavares Rodrigues	2	134	Sor Juana Inés de la Cruz	1
66	Al Berto	2	135	Sóror Mariana Alcoforado	1
67	Antônio Ramos Rosa	1	136	Teixeira de Queiroz	1
68	Afonso de Cotton	1	137	Theresa Margarida da Silva e Orta	1
69	Afonso X	1	138	Wenceslau de Moraes	1

**Fonte:** elaboração do autor

## Referências

ABREU, Márcia. Introdução. Literatura, leitura e cultura. In: ABREU, Márcia. *Cultura letrada: literatura e leitura*. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

COMPAGNON, Antoine. *O Demônio da Teoria: Literatura e senso comum*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

CULLER, Jonathan. Literatura e estudos culturais. In: CULLER, Jonathan. *Teoria Literária: uma introdução*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 1999.

CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura Europeia e Idade Média Latina*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1996.

OTTE, Georg. A obra de arte e a narrativa: reflexões em torno do cânone em Walter Benjamin. In: OLIVEIRA, Silvana Pessoa; OTTE, Georg. *Mosaico crítico: ensaios sobre literatura contemporânea*. Belo Horizonte: Autêntica; NELAM-FALE/UFMG, 1999.

*Data de submissão:* 15/04/2015

*Data de aprovação:* 07/05/2015